

## SEXUALIDADES E GÊNEROS DISSIDENTES NO ESPAÇO ESCOLAR: DIMENSÕES POSSÍVEIS DA EDUCAÇÃO PARA E PELOS DIREITOS HUMANOS

Vanessa Ribeiro Simon Cavalcanti<sup>1</sup>

Pollyanna Rezende-Campos<sup>2</sup>

**Resumo:** Dentro das dimensões de acesso à justiça e à cidadania, a educação formal pode ser um contexto positivo e promotor de Direitos Humanos. Este artigo visa propiciar maior aproximação entre conceitos, atitudes e reflexões acerca da representação de corpos e sexualidades dissidentes em ambiente escolar. Com o intuito de abrir diálogos e proporcionar integração na cultura da paz e de vivências mais respeitadas, assim como distanciar-se de práticas preconceituosas e violentas para compreender e saber conviver com as diversas formas de identidades de gêneros e sexualidades dentro do ambiente escolar. Foi desenvolvido a partir de uma metodologia qualitativa baseada em observações empíricas participativas do cotidiano escolar, acrescenta-se revisão sistemática de literatura envolvendo categorias relativas ao estudo com ênfase nas Ciências Sociais e Humanas, além de entrevistas semiestruturadas realizadas com dez jovens de 18 a 24 anos. Os resultados demonstram que a maioria dos jovens tem vivências e experiências altamente intolerantes com agravos em situação de violências sobrepostas e cotidianas que comprometem o aprendizado e as relações interpessoais nos diversos convívios sociais, fazendo-se emergente a prática de pedagogias transgressoras a fim de (re)construir “saberes de desaprendizagens” para a promoção emancipatória de uma Educação para e pelos Direitos Humanos.

**Palavras-chave:** Sexualidades Dissidentes, Direitos Humanos e Educação.

---

<sup>1</sup> Pós-doutorado em Direitos Humanos pela Universidad de Salamanca, Espanha (CAPES e CNPq). Doutorado em História - Universidad de Leon, Espanha. Docente permanente no Programa de Pós-Graduação Programa em Estudos Interdisciplinares sobre Mulheres, Gênero e Feminismo (PPGNEIM/UFBA, CAPES 4). Professora visitante senior no exterior - Instituto de Sociologia, da Universidade do Porto, Portugal. Integrante e líder do Núcleo de Estudos sobre Educação e Direitos Humanos (NEDH/UCSAL/CNPq). Integrante como investigadora associada do Instituto de Sociologia da Faculdade de Letras, da Universidade do Porto (UPORTO, Portugal).

<sup>2</sup> Doutoranda e Mestra do Programa de Pós-Graduação em Família na Sociedade Contemporânea - Universidade Católica do Salvador (PPGFSC/UCSAL, CAPES 5). Especialização em Gênero e Sexualidade na Educação - Universidade Federal da Bahia - UFBA. Licenciatura em Ciências Biológicas pela Universidade Católica do Salvador \_ UCSAL. Integrante do Núcleo de Estudos sobre Direitos Humanos (NEDH/UCSAL/CNPq) do Núcleo de Pesquisa e Extensão em Culturas, Gêneros e Sexualidade (NUCUS/UFBA/CNPq), na linha de Educação. Docente da Educação Básica do Governo do Estado da Bahia.

**Abstract:** Within the dimensions of access to justice and citizenship, formal education can be a positive context and promoter of Human Rights. This article aims to provide greater approximation between concepts, attitudes and reflections about the representation of dissident bodies and sexualities in the school space. In order to open dialogues and provide integration in the culture of peace and more respectful, tolerant and human rights-promoting experiences, as well as distancing itself from prejudiced and violent practices to understand and know how to live with the different forms of gender identities and sexualities within the school environment. It was developed based on a qualitative methodology based on participatory empirical observations of school daily life, plus a systematic literature review involving categories related to the study with an emphasis on Social Sciences and Humanities, in addition to semi-structured interviews conducted with ten young people aged 18 to 24 years. The results show that the majority of young people have highly intolerant experiences with aggravations in situations of overlapping and everyday violence that compromise the learning and interpersonal relationships in the various social gatherings, making the practice of transgressive pedagogies in order to (re ) to build “knowledge of learning” for the emancipatory promotion of Education for and for Human Rights.

**Keywords:** Dissenting Sexualities, Human Rights and Education.

## INTRODUÇÃO

A escola é um lugar que abarca grandes complexidades e interações, com demarcação de identidades e estilos, muitas vezes antagônicos, o que promove toda a pluralidade presente nesse ambiente. Por vivenciar esse território tão diverso, as pessoas tendem a transformar os espaços físicos em ambiências sociais e culturais, pois são neles que se estabelecem importantes alianças relacionais, aprendizagens e interações. Ao passo que a escola é um dos ambientes onde acontecem inúmeras das experiências e vivências, sobretudo, das sexualidades, é onde deveria abrigar todas as possíveis diversidades configurando-se num ambiente plural e inclusivo. Mas, sua realidade é ainda, insistentemente, um local preconceituoso e hegemônico, característica essa que advém dos primórdios de uma sociedade com traços patriarcais, machistas, e sexistas.

A relevância de refletir sobre as relações sociais na escola – para além de aprendizagens e formalidades – nos assinala também o percurso, uma “percepção das relações” e, porque não, das interações e conexões possíveis tanto do ponto de vista individual quanto coletivo.

[...] as escolas não são espaços exclusivos para o puro aprender e para o puro ensinar. São locais nos quais se estabelecem vínculos e se criam expectativas e sentimentos. Ou seja, ensinar não pode ser constituído por um simples repassar ou transmitir conhecimentos. O próprio processo de conhecer exige a percepção das relações – com os objetos e com as pessoas..(grifos nossos)<sup>3</sup>.

É um território, de idas e vindas, encontros e desencontros, contatos, diálogos, discussões, dos mais variados sentidos. Tomando seu público alvo – com destaque às juventudes – torna-se espaço relacional, devendo cumprir um dos princípios orientadores: acolher todas as pessoas que nela adentram, especialmente, as que se isolam e não se sentem ou não permitem ser acolhidas. Integrar, inserir e incluir são ações nem sempre tradutoras da complexidade social e dependem, predominantemente, de uma educação cosmopolítica e incentivadora de valores sociais e fundantes de alteridade, identidade e abordagem relacional.

Para ser coerente, a educação deverá seguir este impulso, contribuindo para ver o Outro, esteja ele onde estiver, como um ser humano com quem devemos colaborar, que nos ajuda a crescer e que nos dá a alegria de o ajudarmos. Trata-se de uma educação cosmopolítica, ao serviço da sensibilidade em relação ao outro, investindo na solidariedade e na celebração da amizade, na fidelidade, lutando contra a passividade e contra os lugares marcados do Outro. Trata-se, enfim, de uma educação criativa, exigente e rigorosa,

---

<sup>3</sup> FREIRE, Paulo. Professora sim, tia não: cartas quem ousa ensinar. São Paulo: Olho D'água, 1995.

interessando-se por todos, mesmo por aqueles que não se interessam por ela. (grifos nossos)<sup>4</sup>.

O papel social da escola deveria ser colaborativo, de fundamental importância para promoção da igualdade, enfrentamento de todas as formas de discriminação e a promoção de bem estar de tod@s (aqui usando o símbolo @ para designar gêneros em sua multiplicidade de expressões e na busca por uso de linguagem inclusiva e não sexista). No cotidiano, contudo, a realidade pode ser denotada de outra maneira e não atinge ao cumprimento da função basilar desse local. Qual seja, abrigar tanto as individualidades, quanto todas as diversidades, que se esforça em estabelecer uma 'educação cosmopolítica', pois é engessada em normas, em regras e parâmetros taxativos, advindos da cultura patriarcal, machista e sexista.

Diferenças, distinções, desigualdades... A escola entende disso. Na verdade, a escola produz isso. Desde seus inícios, a instituição escolar exerceu uma ação distintiva. Ela se incumbiu de separar os sujeitos — tornando aqueles que nela entravam distintos dos outros, os que a ela não tinham acesso. Ela dividiu também, internamente, os que lá estavam, através de múltiplos mecanismos de classificação, ordenamento, hierarquização. (grifos nossos)<sup>5</sup>.

Decorre daí a necessidade de desvelarmos as relações sociais que são estabelecidas – em contextos escolares - tais como elas acontecem mesmo. Destarte, isso indica também uma linha argumentativa sobre o pensar numa educação emancipatória e efetiva para a prática plena da democracia, dos Direitos Humanos e da justiça social<sup>6</sup>.

---

<sup>4</sup> ESTÊVÃO, Carlos Alberto Vilar. Direitos humanos e educação para uma outra democracia. Ensaio: aval. pol. públ. Educ., Rio de Janeiro, v. 19, n. 70, p. 9-20, jan./mar. 2011b. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ensaio/v19n70/v19n70a02.pdf>. Acesso em: 19 fev. 2020.

<sup>5</sup> LOURO, Guacira Lopes. Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós-estruturalista. 6.ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2003.

<sup>6</sup> ESTÊVÃO, Carlos Alberto Vilar Direitos humanos e educação para uma outra democracia. Ensaio: aval. pol. públ. Educ., Rio de Janeiro, v. 19, n. 70, p. 9-20, jan./mar. 2011b. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ensaio/v19n70/v19n70a02.pdf> Acesso em: 19 fev. 2020; CAVALCANTI, Vanessa Ribeiro Simon & SILVA, Antônio Carlos da. Entre mundos e discursos em prol dos Direitos Humanos: enlaces, agendas e redes ampliadas. In: BALLESTEROS,

Para tanto, a escola deve de alguma forma cumprir seu papel social de estar atenta e proporcionar diálogos para assim, fomentar e (re)construir uma formação crítica, transgressora e capaz de promover uma educação que seja a “chave, a alavanca, o instrumento para a transformação social”<sup>7</sup>.

Sendo a educação uma ponte, que pode e deve interligar o desenvolvimento com a promoção das diversidades, com as rupturas de estereótipos, para evitar a catalisação de violações e disseminação de preconceitos, o que percebemos é que a escola tem falhado muito em um dos seus papéis: o de ser um espaço democrático, político, palco de liberdade, reflexão e discussão, como preza a práxis de uma pedagogia transgressora.

“Abandonar pedagogias de encarceramento, de controle, racistas, machistas, transfóbicas, lesbofóbicas, homofóbicas, classistas, pode construir um caminho de cura no processo de ensino e aprendizagem”<sup>8</sup>. Tal ideia se aproxima de uma pedagogia freiriana que preza pela “educação como prática da liberdade” e coaduna, conforme Bento<sup>9</sup>, com o poder a partir de diálogos e debates críticos que sinalizem a percepção que a escola é local privilegiado, “onde se aprende que a diferença faz a diferença”.

## **METODOLOGIA**

O presente artigo trata-se de uma delimitação dos resultados obtidos já na fase final da dissertação de mestrado, intitulada Juventudes em Trânsitos: Conflitos e subversões do (cis)tema heteronormativo no contexto familiar e escolar em Salvador. Na escolha metodológica, tivemos como objetivo propiciar maior aproximação entre conceitos, atitudes e reflexões sobre

---

María de la Paz Pando; RAMÍREZ, Alicia Muñoz & RODRÍGUEZ, Pedro Garrido (Eds.). Pasado y presente de los derechos humanos: Mirando al futuro. Salamanca: Ediciones de la Universidad de Salamanca, 2019, pp. 447-459.

<sup>7</sup> FREIRE, Paulo. A Educação na Cidade. São Paulo: Cortez, 2001.

<sup>8</sup> SOARES, Maiana Rocha & FONTES, Ramon. Pedagogias transgressoras. Salvador: UFBA, Instituto de Humanidades, Artes e Ciências; Superintendência de Educação a Distância, 2019.

<sup>9</sup> BENTO, Berenice. Na escola se aprende que a diferença faz a diferença. Revista Estudos Feministas [online], 2011, vol.19, n.2, pp.549-559. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ref/v19n2/v19n2a16.pdf>. Acesso em: 15 Fev. 2020.

---

representações de corpos e sexualidades dissidentes<sup>10</sup> no espaço escolar, com recorte temporal contemporâneo e vivência etnográfica de coleta de dados junto a estudantes jovens.

Com o intuito de abrir diálogos e proporcionar integração na cultura da paz e de vivências mais respeitadas, tolerantes e promotoras de Direitos Humanos e fundamentais infra-constitucionais, assim como distanciar-se de práticas preconceituosas e violentas, o objetivo deveria ser enfrentamentos a qualquer e todo tipo de discriminação e violências sobrepostas<sup>11</sup>, bem como incentivar a compreensão e convivência com as diversas formas de identidades de gêneros e sexualidades dentro do ambiente escolar.

O estudo foi desenvolvido a partir de uma abordagem epistemológica crítica e de metodologia qualitativa, com base em observações empíricas participativas e integradas ao cotidiano escolar. Acrescenta-se revisão sistemática de literatura envolvendo categorias relativas ao estudo com ênfase nas Ciências Sociais e Humanas.

A construção do projeto se deu a partir da observação de jovens regularmente cursando o ensino médio, num determinado colégio da rede pública de Salvador. É perceptível na escola em questão o quão tem sido crescente o número de jovens que se afirmam e conseguem vivenciar suas sexualidades de forma mais explícita, mesmo que ainda sofrendo muitas retaliações e atitudes preconceituosas por todos os lados que os cercam. Para

---

<sup>10</sup> Uso a expressão 'sexualidades dissidentes' no sentido pensado pelo artista e ativista chileno Felipe Rivas San Martin, citado em COLLING, Leandro. Que os outros sejam o normal – tensões entre movimento LGBT e ativismo queer. Salvador: EDUFBA, 2015, p. 151: “De início usamos a palavra “diversidade” quase como continuação do Comitê de Esquerda pela Diversidade Sexual, que foi o antecedente do CUDS. O discurso da dissidência sexual começa a aparecer em 2005 também porque coincide com o fato do tema da diversidade sexual, nesse momento, começar a se tornar muito institucional, quando o termo “diversidade” parece a ser demasiado normalizado, muito próximo do discurso da tolerância, demasiado multicultural e neoliberal. Por outro lado, tampouco nos interessava uma nomenclatura queer diretamente, pois estávamos muito preocupados nessas hierarquias norte-sul, na circulação de saberes e pensando muito fortemente no local, na genealogia local das sexualidades críticas. O conceito de dissidência sexual nos retira dessa lógica multiculturalista inócua, neste momento já muito perto do discurso do Estado, e também não é simplesmente uma repetição de um discurso norte-americano do queer, de um discurso metropolitano hegemônico. Ao mesmo tempo, dissidência é pós-identitário porque não fala de nenhuma identidade em particular, mas põe o acento na crítica e no posicionamento político e crítico”.

<sup>11</sup> CAVALCANTI, Vanessa Ribeiro Simon. Violência(s) sobreposta(s): Contextos, tendências e abordagens num cenário de mudanças. In: DIAS, Isabel (Org.). Violência doméstica e de gênero. Lisboa: Pactor, 2018, pp. 97-122.

participação das entrevistas semiestruturadas – cumprindo exigência de sigilo e confidencialidade - buscou-se iniciar uma aproximação com possíveis participantes através da identificação de pessoas autodeclaradas socialmente e que já faziam o uso de nome social.

A partir daí, para se chegar a@s demais participantes – totalizando sete jovens de 18 a 24 anos – utilizamos a técnica de amostragem da ‘bola de neve’ que utiliza cadeias de referência, uma espécie de rede, protegendo e promovendo visibilidade de grupos por solidariedade, aproximações e convivências, surgindo assim, indicações de outr@s possíveis participantes.

Como medidas protetivas e cautelares – conforme o Código de Ética em Pesquisa com Seres Humanos (CEP)<sup>12</sup> – as entrevistas ocorreram em espaços privados, garantindo confidencialidade e anonimato (cada participante fez a escolha do próprio codinome presente na escrita, a fim de que possam se identificar ao ter contato com os resultados da pesquisa). E para análise dos dados utilizamos o método de análise de conteúdo<sup>13</sup>.

## **SEXUALIDADES DISSIDENTES NO ESPAÇO ESCOLAR**

Se considerarmos que as sexualidades são inerentes à vida humana, o ideal seria que esse tema fosse conversado abertamente. Isso ampliaria o modo como as pessoas tivessem/adquirissem maior consciência dos seus direitos sexuais e reprodutivos, exercendo-os em sua plenitude, de forma responsável, respeitando as condições e escolhas de outrem. Entretanto, frente às problemáticas advindas por regras de moralidades, preconceitos e grandes tabus que ainda cercam as discussões acerca da diversidade de gêneros e sexualidades. Isso acontece mesmo parecendo que tenham ganhado mais espaço na atualidade, seja por meio virtual ou midiático, seja pela inserção dos debates no campo educacional e acadêmico, ainda nos deparamos

---

<sup>12</sup> Aprovação pelo CEP/UCSAL, em 23 de abril 2018, com Número do Parecer: 2.613.829, com CAAE 86628518.0.0000.5628.

<sup>13</sup> BARDIN, Laurence. Análise de conteúdo. São Paulo: Edições 70, 2011.

cotidianamente com fortes resistências e muitas interlocuções altamente nocivas e preconceituosas. Polarizações e ações não respeitadoras da diversidade acabam fomentando e fazendo prevalecer o desrespeito e a desumanidade.

Emerge daí a necessidade e a relevância de ocupar assentos, pautas e agendas de promoção educativa e pedagógica, contemplando o eixo programático dentro do ambiente escolar e da educação formal que, “além da prevenção, colabora com o pensar sobre vários constituintes das sexualidades e evitar violências em seu nome”. Em contexto escolar, a circulação das mais diversas curiosidades e anseios ligados à sexualidade, identificam que o “é tema que tem prioridade para os jovens, que provoca debates, polêmicas, interesse e atenção”<sup>14</sup>.

Como formas de prevenção às violências, preconceitos, discriminações e intolerâncias, é imprescindível conhecer e dialogar com os conceitos que envolvem a temática e apropriar-se dos mesmos na busca de um entendimento geral, que possibilitará uma vivência harmoniosa, livres das amarras e normatividades cisheterossexistas.

Existir, humanamente, é pronunciar o mundo, é modifica-lo. O mundo pronunciado, por sua vez, se volta problematizado aos sujeitos pronunciantes, a exigir deles novo pronunciar. Não é no silêncio que os homens se fazem, mas na palavra, no trabalho, na ação-reflexão. (FREIRE, 2017, p. 108 - grifos nossos)<sup>15</sup>.

É a partir do reconhecimento e da legitimidade de suas diferenças que se tem cada vez mais a percepção do importante papel estratégico da educação para a diversidade, respaldada pelos pilares da educação (ser, fazer, conviver, aprender). Entretanto, a pluralidade passa a ser vista como um fator essencial para garantia da inclusão, promoção da igualdade de oportunidades e enfrentamento de preconceitos, discriminações e violências, especialmente

---

<sup>14</sup> ABRAMOWAY, Miriam, CASTRO, Mary Garcia & SILVA, L. B S. Juventude e sexualidade. Brasília: UNESCO Brasil, 2004.

<sup>15</sup> FREIRE, Paulo. Pedagogia do oprimido. Rio de Janeiro: Paz & Terra, 2017.



no que se refere às questões de gênero e sexualidade, valorizando e intensificando a experiência interativa dentro das dimensões dos Direitos Humanos e da Pedagogia Crítica.

Por outras palavras, a aceitação e respeito pelo Outro na sua singularidade (individual e social), a interdependência significante, a importância da emoção ou dos actos perlocutórios (retórica), o direito do Outro contar a sua história ou de dar o seu testemunho com a mesma autoridade e o mesmo valor do ponto de vista da situação comunicativa, tornam-se elementos-chave ou o modo essencial da democracia comunicativa, possibilitando, deste modo, uma maior atenção à ética do cuidado assim como aos direitos humanos enquanto expressão suprema do cuidado e da solidariedade para com o Outro. (grifos nossos)<sup>16</sup>.

Possibilitar e promover o direito do “Outro” a contar sua própria história e vivenciar uma ‘democracia comunicativa’ como denominou Estêvão<sup>17</sup>, é uma tentativa de desmistificar as diversidades sexuais e identitárias excluídas, por não se ‘enquadrarem’ na lógica (perversa) do dito ‘normal’, ‘natural’ ou ‘socialmente aceito’. Deste modo, investir na (re)construção de ‘novas verdades’, para que esses “Outros” que subvertem os ‘modelos privilegiados’ definidos e legitimados, não permaneçam como pessoas apagadas, silenciadas e ocasionalmente violentadas.

Ao trazer à tona as vozes culturalmente silenciadas, ouvir e narrar histórias de vidas não contadas, possibilita-se a (re)formulação de ‘novas verdades’, contrapondo às historicamente (im)postas. Sendo, portanto, um ato político e democrático, indispensável para a práxis pedagógica em prol de uma educação para e pelos Direitos Humanos.

---

<sup>16</sup> ESTÊVÃO, Carlos Villar. Democracia, Direitos Humanos e Educação. Para uma perspectiva crítica de Educação para os Direitos Humanos. Revista Lusófona de Educação, [S.l.], v. 17, n. 17, p. 20, aug. 2011a. Disponível em: <http://revistas.ulusofona.pt/index.php/rleducacao/article/view/2361>. Acesso em: 19 fev. 2020.

<sup>17</sup> ESTÊVÃO, Carlos Antônio Villar. Direitos humanos e educação para uma outra democracia. Ensaio: aval. pol. públ. Educ., Rio de Janeiro, v. 19, n. 70, p. 9-20, jan./mar. 2011b. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ensaio/v19n70/v19n70a02.pdf>. Acesso em: 09 Fev. 2020.

**“As piadinhas que a gente ouve e vive todos os dias, sempre é muito passado sabe... Eles não prestam atenção nessas questões que nós estamos vivendo... a gente vive numa sala com 40 pessoas, por durante um ano de convívio e... Às vezes a gente passa um ano todo, todos os dias sofrendo agressões, todos os dias! São agressões tão constantes que desmotiva a gente estar na sala de aula... E a gente vê esse cuidado em outras questões, em outras questões como o racismo, a questão da... De outros tipos de preconceitos e de agressões, mas quando é voltado para a sexualidade, eu como aluno e gay, eu percebo que os professores não ligam, não se importam, e muito pelo contrário, até incentivam! Eles sempre fazem algumas piadas também e isso acaba incentivando... E a gente começa a... Não saber nem a quem recorrer, a verdade é essa! Tipo... A gente não sabe... Eu sofro essas agressões, mas... A quem eu vou recorrer, a quem eu vou eu vou procurar, a quem eu vou pedir ajuda? Porque como eu falo, a família já não ajuda, o colégio também não ajuda, e como é que vai ser? Que estrutura eu vou ter pra conseguir me apoiar? Pra conseguir me formar e conseguir alcançar meus objetivos? Sabe? Então é muito duro! Muito duro, muito duro mesmo!”** (PEDRO, Homossexual masculino, 21 anos – grifos nossos).

Sentimentos de lutas individualizadas, de batalhas solitárias são frequentemente vividos, sobretudo no ambiente escolar onde as relações se traduzem em situações conflituosas, seja nas formas mais agravadas de agressões físicas, ou desveladas em formatos sutis, como as práticas tão cotidianas de violências simbólicas (pré-)anunciadas através das ‘piadinhas’, ‘brincadeiras’, comentários e insinuações. Atitudes assim são amparadas pela ausência de estratégias educacionais voltadas ao respeito e valorização da dignidade às diversas formas de manifestações de gêneros e sexualidades.

Ficando sem respostas os questionamentos extraídos da fala de Pedro: Quem procurar? A quem recorrer? A quem pedir ajuda, se a família não compreende e na escola, os próprios professores, a direção e a coordenação acabam incentivando as práticas agressivas?

**“Olha é muito difícil quando você não tem o apoio de alguém, mas se não tentar... não consegue! É só querer pra gente conseguir as coisas, é difícil, é muito complicado! Eu fico triste com todos os olhares, mas é a vida que segue... O colegial... Ele não vai durar para sempre! Eu só tenho mais dois anos aqui só! Eu sei que isso aqui vai passar, que uma hora vai acabar! Por isso que eu não me importo tanto assim! Acho que é o que me conforta! É isso! O colegial tá sendo difícil? Tá! Mas pra todo mundo é! E pra mim não é diferente. Eu acho que pra mim é um pouco mais difícil ainda... Mas tá tranquilo! Eu aceito quem eu sou e tenho que enfrentar!”** (FABIANA, Homossexual feminina, 18 anos – destaques nossos).

A permanência e prosseguimento do processo de escolarização passam a ser dos mais complicados encontros, pois se tornam “territórios hostis para se viver as diferentes expressões das homossexualidades e as identidades de gênero não normativas.”<sup>18</sup>.

**“Eu não gosto quando as pessoas me olham estranho... E muitas delas fazem isso... Até amigo, que se diz amigo né? É constrangedor... Tipo, certo dia na escola, numa aula... A professora me chamou por Ele, tipo, eu gostei muito da atitude dela... Pensei, enfim alguém me entendeu! Mas aí um menino falou logo, bem alto, é ELA professora! Tipo, todo mundo começou a falar aí o povo todo começou a me olhar e rir... Tipo aí eu fiquei todo sem graça! Eu não falei nada! Eu saí! Foi isso, eu abaixei a cabeça com vergonha e tipo... Saí da sala!”** (ABEL, Transgênero masculino, 18 anos - destaques nossos).

O constrangimento cotidiano vivenciado e marcado por esses corpos quando comumente são inferiorizad@s ou reprimid@s criam situações de

---

<sup>18</sup> GROSSI, Miriam Pillar; FERNANDES, Felipe Bruno Martins & CARDOSO, Fernanda. (Orgs.), Sexualidades, Juventudes e Práticas Docentes: Uma etnografia da educação básica em escolas públicas de Santa Catarina. Florianópolis: Tribo da Ilha, Tubarão (SC): Copiart, 2017, p. 165).

intimidações, que desmotivam a frequência nas aulas e no próprio ambiente escolar.

O sistema não consegue a unidade desejada. Há corpos que escapam ao processo de produção dos gêneros inteligíveis e, ao fazê-lo, se põem em risco porque desobedeceram às normas de gênero, ao mesmo tempo revelam as possibilidades de transformação dessas mesmas normas<sup>19</sup>.

A hostilidade vivenciada por essa desobediência, sobretudo no ambiente escolar - onde se reforça e impulsiona o cumprimento da heteronormatividade e das normas inteligíveis de gêneros e sexualidades - é uma grande propulsora das invisibilidades desses corpos. É proeminente descortinar a evasão etraduzi-la em 'expulsão compulsória' que consiste no "desejo de eliminar e excluir aqueles que 'contaminam' o espaço escolar"<sup>20</sup>.

Eliminação essa, ocasionada pela rejeição e repulsa cotidiana às performances, aos modos de ser e viver, ao descumprimento de normas essenciais – como o uso do nome social. Assim, aumenta-se a cada dia o desafio da escola de promover na sociedade a cultura do respeito, caso contrário, como sinaliza Bento, ela passará a ser o local onde se aprende que a diferença faz a diferença.

“A professora falou assim: Aluna nova? Aí eu: humhum... **Aí na hora da chamada ela chega se assustou quando ela chamou meu nome de registro e eu: Eu!!** Ela me olhou assustada, com aquela cara sabe? **E eu... Por que eu preciso passar por todo esse constrangimento?** Aí depois o diretor foi e **falou comigo que eu podia ir na diretoria colocar o nome social...** E colocar na caderneta, aí eu fui! **Bem melhor!**” (ELEN, Transgênero feminina, 18 anos – destaques nossos).

---

<sup>19</sup> BENTO, Berenice. Na escola se aprende que a diferença faz a diferença. Revista Estudos Feministas [online]. 2011, vol.19, n.2, p. 551. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ref/v19n2/v19n2a16.pdf>. Acesso em: 15 Fev. 2020.

<sup>20</sup> BENTO, Berenice. Na escola se aprende que a diferença faz a diferença. Revista Estudos Feministas [online]. 2011, vol.19, n.2, p. 555. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ref/v19n2/v19n2a16.pdf>. Acesso em: 15 Fev. 2020.

---

Se a violência escolar é construída a partir de situações e experiências vivenciadas por alunos, ela também pode ser (des)construída com estratégias de proteção, combate e prevenção, que possibilite uma Educação pautada nos Direitos Humanos, uma vez que: “Aprender a conviver é um seguro de habilidades sociais para o presente e para o futuro; é, portanto, um indicador de bem-estar social.”<sup>21</sup>.

De todas as narrativas obtidas nesse estudo foram categorias como o preconceito e a discriminação que estiveram mais presentes. Por isso, é necessário e urgente ampla discussão da temática tanto no âmbito doméstico familiar quanto nas escolas, para possibilitar que as pessoas que não estão dentro das normas preestabelecidas não vivam “vidas precárias” e não vivíveis<sup>22</sup>.

Compreender, sobremaneira, que as identidades vão sendo (re)formuladas e (re)construídas dentro dos discursos, das práticas e das experiências de socialização, no âmbito dos constructos pessoais e sociais, indicam a impossibilidade de serem dissociados. Estes, por sua vez, são demarcados e aprisionados pelo machismo, racismo e heterossexismo, que faz com que as pessoas se sintam inferiorizadas, diferenciadas e excluídas, ‘fora’ do que é dito ‘aceito e normal’, conforme as narrativas abaixo relacionadas:

**“A culpa é da sociedade mesmo! Ela é a culpada em ‘por’ isso na minha cabeça, eu não me achava assim, tipo... sei lá eu não me acho... não sei, é porque o povo fala tanto e julga tanto que acabei colocando isso na minha cabeça e me acho... sei lá diferente!”** (ABEL, Transgênero masculino, 18 anos – destaques nossos).

“Eu chegava aqui e passava pelos corredores e **todo mundo ficava olhando, ou então tem alguns que fazem até chacota. É horrível? É!** Você ser julgada por uma coisa que você goste, é diferente? É! É uma coisa diferente? Sim! Não

---

<sup>21</sup> ORTEGA-RUIZ, Rosário. Estratégias educativas para a prevenção da violência. Tradução de Joaquim Ozório. Brasília: UNESCO, UCB, 2002, p. 22.

<sup>22</sup> BUTLER, Judith. Quadros de guerra: quando a vida é passível de luto? Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2015.

nego, mas não é aquele, não é um pecado! Que poxa... você acha que eu que escolhi? **Se fosse uma escolha, ninguém ia optar por isso, porque só sofre!** Poxa... se é com a minha vida? Eu não 'tô' interferindo na vida de ninguém! É comigo! É comigo! Se for de pagar pelas consequências, quem vai pagar não sou eu? Se for de ir pro inferno, não sou eu que vou? As pessoas se importam muito e o pior... Falam muito da nossa vida!" (FABIANA, Homossexual feminina, 19 anos – destaques nossos).

A norma que a sociedade culturalmente impõe sobre as pessoas funciona como regulação de seus modos de vida, modos de existir e expressar identidades. Corpos ou comportamentos que não se 'encaixam' em tais normatividades são vistos/considerados como diferentes ou anormais. E por serem cotidianamente apontados internalizam que realmente são. Entretanto, algumas diferenças são completamente aceitas e normalizadas, mas outras são produções socioculturais e tendem a ser vistas como desvios, estranhas, diferentes ou inteligíveis.

**"Eu não escolhi ser assim.** Eu não escolhi ser diferente, porque essas pessoas fazem isso comigo? Por que muitas pessoas falam assim: 'aquele viadinho... virou viadinho' E sabe? A gente não vira! **A gente é assim, a gente nasce assim, a gente não escolhe ser aquilo entendeu?** Tipo, a gente tem que aceitar a nossa condição, mas também não pode ser visto como doença é uma condição que a gente aceita da nossa forma de ser, da nossa forma de agir" (RAFAEL, Homossexual masculino, 20 anos – destaques nossos).

**"Eu me culpo, por que sei que é errado.** Então fico sem querer fazer algo por que sei que é errado, mas ao mesmo tempo não quero me separar dela, pois sei o quanto estar com ela me faz bem". (ABACAXI, Jovem não auto-declarada, 19 anos - destaques nossos).

"Eu digo assim, **meu Deus eu não mudo, eu devo ser a pessoa mais desgraçada do mundo, porque todo mundo muda. E eu não mudo!** Um ladrão deixa de roubar, uma prostituta deixa de se prostituir e eu não deixo de ter vontade de ficar com

homens [...] meu Deus eu tenho que ver que o que tá acontecendo, se **o erro sou eu** ou se não tem nada errado e eu tenho que continuar do jeito que eu tô, **porque não tá normal isso.**” (JOÃO, Jovem Feliz, 22 anos – destaques nossos).

Uma (re)ação comum no processo da construção identitária é a culpabilidade em “ser assim”, ao se considerar ‘errado’, ‘anormal’ ou ‘abjeto’. Bento<sup>23</sup> traz a “abjeção como uma potente categoria nos estudos voltados para a compreensão do lugar reservado socialmente aos corpos sem inteligibilidade social”. Dificilmente apareceriam sentimentos contrários, já que essa é uma característica da heteronormatividade compulsória – domínio na nossa cultura machista, sexista e trans-lesbo-homofóbica.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A desconstrução do preconceito e a promoção de uma práxis para e pelos Direitos Humanos são caminhos ainda a serem matizados e percorridos no campo da Educação. Para tanto, a inclusão de sexualidades dissidentes e de suas respectivas representatividades nos mais variados espaços educativos tem o objetivo de promover uma desestruturação da norma cisheterohegemônica. Para além da ruptura dos silenciamentos e a deflagração de protagonismos dissidentes, de sorte que os sujeitos, em toda a sua diversidade, possam existir sem que precise de autorizações ou aceitabilidade de quem quer que seja para ocupar os mais variados espaços.

Partindo das narrativas juvenis e de suas representações sobre identidades sexuais, comportamentos e vivências, os resultados demonstram que a maioria dos jovens tem experiências altamente intolerantes e violadas. Tais expressões também apontam para os agravos em situação de violências sobrepostas e cotidianas, dentro e fora do ambiente escolar, que comprometem o aprendizado e as relações interpessoais nos diversos

---

<sup>23</sup> BENTO, Berenice. Por uma Sociologia das abjeções, in: Transviad@s: gênero, sexualidade e Direitos Humanos. Salvador: EdUFBA. 2017. pp. 45-. 52.

convívios sociais. Isso também amplia uma emergente prática de pedagogias transgressoras a fim de (re)construir “saberes de desaprendizagens”, que colocando interseccionalidades, descolonização de teorias e abordagens já existentes, versando mais e sobre a promoção emancipatória de uma Educação para e pelos Direitos Humanos.

Em linhas gerais, entendemos que a Decolonialidade, ao lado da Teoria Queer e dos Estudos Subalternos, podem ser compreendidos/as como “saberes de desaprendizagem”, rupturas com as convicções modernas, mudanças de pensamento, oposição às pretensões epistemológicas da modernidade que se alicerçam na racionalidade e na objetividade como fonte de produção de verdade absoluta, da noção mesma de cultura universal, cujos objetivos estão na pretensão de emancipar a humanidade à luz da razão<sup>24</sup>.

Para contexto (escolar), aprendizagens, mas, sobretudo, às representações (identidades e alteridades) expressas dentre as juventudes. Afinal, são elas e eles que, com frequência e sem ruptura com o senso comum, são tomadas/os homogeneamente, sendo observados e retratados como grupo “unitário”, não observando ou, mesmo erroneamente, camuflando as múltiplas diversidades e desigualdades sociais.

Estamos em tempos que estimulam protagonismos pautados em ódio, homofobia e racismo, entre outras violências, como também em tempos que abortam condições para o estímulo ao pensamento crítico e uma educação de qualidade, pública, dimensões básicas para protagonismos por mudanças sociais. Estamos em cenário de “despolíticas” públicas, ou políticas que asfaltam privatizações, que corroem a tônica por um ensino laico, contra o analfabetismo político e com espaço para o pensamento crítico. [...] Este é hoje o cenário para se refletir sobre a urgência de um

---

<sup>24</sup> THÜRLER, Djalma. Sexualidade e políticas de subjetivação no campo das artes. Salvador: UFBA, Instituto de Humanidades, Artes e Ciências: Superintendência de Educação a Distância, 2019, p. 18.



protagonismo plural e da importância de elos, redes de resistência<sup>25</sup>.

Em tempos “des-políticas” públicas que impedem uma formação crítica pautada nos Direitos Humanos, é preciso, como pontuam Castro e Abramoway (2018), fortalecer as redes de lutas e resistências e permanecer em constante alerta na busca incessante de uma Educação emancipatória e plural.

O desafio, para próximas etapas da investigação e outros olhares possíveis, é explorar tanto as similaridades como as diferenças que existem entre jovens, ou seja, a multiplicidade na unidade. Há que entrelaçar e estabelecer escuta desses sujeitos, captando situações e narrativas, criar espaços de expressão e detectar onde estão “zonas e rotas críticas”, pois identidades e construção de cidadania atravessam desde formas de participações, manifestações, desejos, afetividades, performances, às lutas por uma Educação crítica e de qualidade para e pelos Direitos Humanos.

## REFERÊNCIAS

ABRAMOWAY, Miriam, CASTRO, Mary Garcia & SILVA, L. B S. **Juventude e sexualidade**. Brasília: UNESCO Brasil, 2004.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2011.

BENTO, Berenice. Na escola se aprende que a diferença faz a diferença. **Revista Estudos Feministas** [online], 2011, vol.19, n.2, pp.549-559.

Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ref/v19n2/v19n2a16.pdf>. Acesso em: 15 Ago. 2019.

BENTO, Berenice. Por uma Sociologia das abjeções. In: **Transviad@s: gênero, sexualidade e Direitos Humanos**. Salvador: EdUFBA, 2017, pp. 45-52.

---

<sup>25</sup> CASTRO, Mary Garcia & ABRAMOWAY, Miriam. Elas, jovens nas ruas, tomando partido: Brasil, pós 2013. In: CASTRO, Mary Garcia. **Juventude, gênero, sexualidade, família e escola**. FLACSO (Série Cadernos FLACSO): Rio de Janeiro, n. 14, 2018. Disponível em: <http://flacso.org.br/files/2018/12/Cadernos-Flacso-N-14-Juventude-Ge%CC%82nero-Sexualidade-Fami%CC%81lia-e-Escola.pdf>. Acesso em: 10 Mar. 2020

BUTLER, Judith. **Quadros de guerra**: quando a vida é passível de luto? Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2015.

CASTRO, Mary Garcia & ABRAMOWAY, Miriam. Elas, jovens nas ruas, tomando partido: Brasil, pós 2013. In: CASTRO, Mary Garcia. **Juventude, gênero, sexualidade, família e escola**. FLACSO (Série Cadernos FLACSO): Rio de Janeiro, n. 14, 2018. Disponível em: <http://flacso.org.br/files/2018/12/Cadernos-Flacso-N-14-Juventude-Ge%CC%82nero-Sexualidade-Fami%CC%81lia-e-Escola.pdf>. Acesso em: 10 Mar. 2020

CAVALCANTI, Vanessa Ribeiro Simon & SILVA, Antônio Carlos da. Entre mundos e discursos em prol dos Direitos Humanos: enlaces, agendas e redes ampliadas. In: BALLESTEROS, María de la Paz Pando; RAMÍREZ, Alicia Muñoz & RODRÍGUEZ, Pedro Garrido (Eds.). **Pasado y presente de los derechos humanos**: Mirando al futuro. Salamanca: Ediciones de la Universidad de Salamanca, 2019.

CAVALCANTI, Vanessa Ribeiro Simon. Violência(s) sobreposta(s): Contextos, tendências e abordagens num cenário de mudanças. In: DIAS, Isabel (Org.). **Violência doméstica e de gênero**. Lisboa: Pactor, 2018.

COLLING, Leandro. **Que os outros sejam o normal** – tensões entre movimento LGBT e ativismo queer. Salvador: EDUFBA, 2015.

ESTÊVÃO, Carlos Alberto Vilar. Democracia, Direitos Humanos e Educação. Para uma perspectiva crítica de Educação para os Direitos Humanos. **Revista Lusófona de Educação**, [S.l.], v. 17, n. 17, p. 11-30, aug. 2011a. Disponível em: <http://revistas.ulusofona.pt/index.php/rleducacao/article/view/2361>. Acesso em: 19 ago. 2019.

ESTÊVÃO, Carlos Alberto Vilar. Direitos humanos e educação para uma outra democracia. **Ensaio: aval. pol. públ. Educ.**, Rio de Janeiro, v. 19, n. 70, p. 9-20, jan./mar. 2011b. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ensaio/v19n70/v19n70a02.pdf>. Acesso em: 19 ago. 2019.

FREIRE, Paulo. **Professora sim, tia não**: cartas quem ousa ensinar. São Paulo: Olho D'água, 1995.

FREIRE, Paulo. **A Educação na Cidade**. São Paulo: Cortez, 2001.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. Rio de Janeiro: Paz & Terra, 2017.

GROSSI, Miriam Pillar; FERNANDES, Felipe Bruno Martins & CARDOSO, Fernanda. (Orgs.). **Sexualidades, Juventudes e Práticas Docentes**: Uma etnografia da educação básica em escolas públicas de Santa Catarina. Florianópolis: Tribo da Ilha, Tubarão (SC): Copiart, 2017.

LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, sexualidade e educação**: uma perspectiva pós-estruturalista. Rio de Janeiro: Vozes, 2003.

ORTEGA-RUIZ, Rosário. **Estratégias educativas para a prevenção da violência**. Tradução de Joaquim Ozório. Brasília: UNESCO, UCB, 2002.

SOARES, Maiana Rocha & FONTES, Ramon. **Pedagogias transgressoras**. Salvador: UFBA, Instituto de Humanidades, Artes e Ciências; Superintendência de Educação a Distância, 2019.

THÜRLER, Djalma. **Sexualidade e políticas de subjetivação no campo das artes**. Salvador: UFBA, Instituto de Humanidades, Artes e Ciências: Superintendência de Educação a Distância, 2019.